

A cidade em obra:

fotografia, urbanismo e Estado Novo na Coleção Henrique Dodsworth

The City Under Construction: Photography, Urbanism, and the Estado Novo
in the Henrique Dodsworth Collection

Lincoln Filipe Lyra Silva Canedo

Bacharel em Relações Internacionais pelo IBMR e Assistente da Subgêncencia de
Documentação Especial - AGCRJ

sdespecial@prefeitura.rio

Luísa da Costa de Oliveira

Graduada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO) e estagiária da Subgêncencia de Documentação Especial - AGCRJ

sdespecial@prefeitura.rio

RESUMO: O presente artigo é uma análise documental cuja finalidade é analisar uma fotografia, identificando, por meio do contexto em que foi produzida, os seus possíveis objetivos. A fotografia encontra-se sob a custódia do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e pertence ao Fundo Viação e Obras. A fotografia analisada registra o processo de abertura da Avenida Presidente Vargas em meio às demolições e às obras, evidenciando a transformação da região central do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia; Urbanismo; Estado Novo; Avenida Presidente Vargas; Henrique Dodsworth.

ABSTRACT: This article presents a documentary analysis whose purpose is to examine a photograph, identifying its possible objectives through the context in which it was produced. The photograph is held by the General Archive of the City of Rio de Janeiro and belongs to the Roads and Public Works (Viação e Obras) Fonds. The photograph analyzed records the opening of Avenida Presidente Vargas amid demolitions and construction works, highlighting the transformation of central Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Photography; Urbanism; Estado Novo; Avenida Presidente Vargas; Henrique Dodsworth.

O presente artigo consiste em uma análise documental cuja finalidade é analisar uma fotografia, identificando, a partir do contexto em que foi produzida, os seus possíveis objetivos. A imagem encontra-se sob a custódia do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e pertence ao Fundo Viação e Obras. Neste fundo, identifica-se uma documentação textual, que contempla desapropriação e registro de imóveis, fechamento e abertura de ruas, pavimentação de estradas, entre outros, bem como uma documentação iconográfica, composta por cerca de 32 mil negativos, cujo recorte temporal contempla o período de 1894 a 1960. Algumas dessas imagens, assim como a analisada, compõem a Coleção Henrique Dodsworth, interventor na cidade do Rio de Janeiro entre 1937 e 1945. A coleção conta com onze álbuns (1938-1946) com registros de autoridades públicas, intervenções urbanas, como a construção da Avenida Presidente Vargas, eventos realizados, entre outros¹.

Figura 1



Antes de proceder a análise da imagem, é fundamental frisar que, como indica Ana Maria Mauad (2005), a fotografia pode e deve ser utilizada como fonte histórica. Contudo, é preciso estar atento ao papel dela como imagem/documento e imagem/monumento (Mauad, 2005). Ao utilizar o conceito de Jacques Le Goff, a autora entende que o registro fotográfico, além de puramente representar algum aspecto do passado, existe também a partir de uma escolha (daqueles responsáveis direta ou indiretamente pela sua produção) do que seria importante a ser registrado tanto quanto para o seu presente como para a posterioridade. Como veremos no decorrer do artigo, a fotografia da Avenida, assim como as demais que compõem os álbuns, são frutos do que o Estado e do que os engenheiros responsáveis pelas obras entendiam como “relevante” como registro.

Desse modo, vale destacar que a zona central da cidade do Rio de Janeiro passou por múltiplas mudanças estruturais e urbanísticas durante sua história. O início das modificações remonta aos primeiros momentos do território nacional como colônia portuguesa. Com a chegada da Corte portuguesa, a região precisou se adequar às novas demandas: a exploração do território, principalmente de açúcar e recursos naturais, criou a necessidade de modificar áreas para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias e abrir vias que possibilitasse a interação entre a costa e o interior (Andreatta, Chivari, Rego, 2009). A preocupação com o escoamento entre a zona central/portuária e as demais e a expansão do centro da cidade se manteve por séculos. Na tentativa de solucionar esses problemas, foram realizadas obras como a do desmonte do morro do Castelo, a construção da Avenida Rio Branco, entre outras (Furtado, Rezende, 2008).

O Plano Agache (1928-1930), elaborado por Alfred Agache e frequentemente considerado como o primeiro Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, foi concebido com o objetivo principal de resolver as questões que impediam a funcionalidade do município (Diniz, 2007). O plano, dividido em três partes principais, contou com estudos sobre o Rio

de Janeiro e suas características, com o intuito de resolver, principalmente, os problemas em relação ao congestionamento e ao transporte público, além daquilo que entendiam como falta de “essência de capital” (Diniz, 2007). Para solucionar os empecilhos no deslocamento, pensou-se na criação de “vias expressas, rótulas e cruzamentos” (Diniz, 2007, p. 100).

Em conjunto com as avenidas abertas durante a reurbanização da gestão Pereira Passos (1902–1906), como a Rio Branco e a Mem de Sá, planejou-se a abertura de uma nova via que ligasse a Praça da Bandeira ao porto, formando um triângulo (Diniz, 2007). O consenso sobre a escolha de Agache como responsável pelo projeto, porém, desfez-se rapidamente. Além da acusação de plágio feita pelos brasileiros José Cortez e Angelo Bruhns quando Agache apresentou o primeiro esboço, o plano foi criticado por seus altos custos e pela falta de transparência (Mendes, 2012). Ao final, o Plano Agache não foi implementado nos termos propostos por seu autor. Ainda assim, embora nem sempre explicitado, foi usado como direcionamento para a criação do Plano de Extensão e Transformação da Cidade (Diniz, 2007), que culminou com a criação da Avenida Presidente Vargas.

No período compreendido como Estado Novo, o então presidente Getúlio Vargas era o responsável por escolher os prefeitos de cada município. Na cidade do Rio de Janeiro, o escolhido para assumir esse cargo foi Henrique Dodsworth, no qual se manteve até o término do governo Vargas (Silva, 2017). O prefeito identificou que uma série de reformas urbanas seriam a resposta para os problemas da cidade. Para auxiliá-lo nessa estratégia, convidou o engenheiro Edson Junqueira Passos para assumir o cargo de chefia da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas (Silva, 2017). As questões que o Plano Agache tentou solucionar permaneceram.

A realidade carioca, os problemas de deslocamento e tráfego e a possibilidade de piora devido ao aumento de carros fizeram com que essas demandas fossem identificadas como urgentes pelo governo (Silva, 2017).

Nesse contexto, criou-se a Comissão do Plano da Cidade, na qual, apesar de poucos registros, é possível identificar os temas debatidos nas reuniões a partir da síntese da apresentação de Edson Passos na Associação Brasileira de Imprensa e do artigo de José de Oliveira Reis, publicados entre 1941 e 1942 na *Revista Municipal de Engenharia*. Preocupados em resolver a questão de insuficiência de vias para desafogar o trânsito no centro do Rio de Janeiro, a criação de uma rota que ligasse a Avenida do Mangue à “orla” entrou em pauta novamente (Silva, 2017). No primeiro momento, escolheu-se nomear a via de Avenida 10 de Novembro – homenagem ao golpe que estabeleceu o governo ditatorial de Vargas – todavia, por conta do apoio irrestrito do presidente ao projeto, a avenida principal do centro da cidade recebeu o seu nome (Lacerda, 1968 apud Silva, 2017).

A avenida, como se observa na fotografia selecionada, abriu um extenso e largo caminho, concluindo o seu objetivo de desafogar o trânsito carioca. Por outro lado, para sua execução foi necessário desapropriar e demolir diversos edifícios, de habitações a construções históricas como a Igreja de São Pedro dos Clérigos, a Igreja e o Hospital do Bom Jesus do Calvário, o Largo e a Igreja de São Domingos, o Paço Municipal e parte do Campo de Santana (Lima, 2016). A Praça Onze, região conhecida pela forte presença de imigrantes - portugueses, italianos, judeus - e da população negra, também desapareceu para se adequar às obras (Lima, 2016). A inauguração da Avenida se deu em partes: a primeira, no trecho entre o Canal do Mangue e o Campo de Santana, inaugurada em novembro de 1941, ainda sobre o nome de Avenida Dez de Novembro; e a segunda, que alcançava a Rua Uruguaiana, e ocorreu em 1943 já com a atual nomenclatura. A abertura da Avenida Presidente Vargas como conhecemos hoje, que chega até a Igreja da Candelária, ocorreu em 7 de setembro de 1944 (Lima, 2016).

Na imagem, é possível reconhecer um trecho da Avenida Presidente Vargas. À direita, aparecem os casarios da Rua de São Pedro que sobreviveram às primeiras intervenções; à esquerda, os da Rua General

Câmara. Ao centro, observam-se as áreas já demolidas de ambas as ruas. Ao fundo, em frente aos edifícios da Central do Brasil e do Palácio Duque de Caxias, vê-se o Paço Municipal e um trecho do Campo de Santana, que também teve parte de seu terreno suprimida para a abertura da avenida. Ainda ao fundo, do lado esquerdo, identifica-se o Morro da Providência.

Nos espaços vazios que, em menos de um ano, constituiriam a via, encontram-se automóveis da Prefeitura do Distrito Federal (PDF). O fotógrafo parece preocupar-se em evidenciar o alinhamento dos caminhões estacionados ao longo do traçado e as filas de pessoas organizadas, sugerindo a configuração de uma espécie de cerimônia, com uma passarela simbólica. A data registrada na emulsão da fotografia permitiu compreender com maior precisão o que havia sido documentado, a partir de investigação posterior. Jornais da época - como *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, entre outros - indicaram tratar-se da comemoração do aniversário do Estado Novo, com homenagens ao presidente da República, Getúlio Vargas.

Nesse período, as obras e os eventos públicos eram registrados por profissionais contratados pela prefeitura. No caso específico das imagens do álbum, a autoria tem sido atribuída, até o momento, a dois irmãos: Aristógiton e Uriel Malta, filhos de Augusto César Malta de Campos, também fotógrafo da prefeitura. O cargo de fotógrafo municipal - vinculado à Diretoria de Obras e Viação - foi criado pelo prefeito Pereira Passos especialmente para Augusto Malta, função que ele exerceu até sua aposentadoria, em 1936 (Turazzi, 2006). O positivo selecionado não apresenta assinatura que permita identificar a autoria; ainda assim, pode-se levantar a hipótese de que seja de Uriel Malta, uma vez que Aristógiton assinava suas imagens com maior frequência.

A fotografia produzida no Estado Novo constitui uma fotografia oficial a serviço de múltiplos objetivos, sendo um deles institucionalizar verdades e mentiras (Bisi; Carvalho, 2008). O Departamento de Ordem Política e Social

(DEOPS) - a polícia política - valeu-se de imagens fotográficas para fins políticos, com a intenção de “engendrar e/ou consolidar opiniões e estereótipos sobre o suspeito do crime político” (Bisi; Carvalho, 2016, p. 460).

A legitimação desse uso pelo governo se apoia na ideia de que a fotografia seria sinônimo de objetividade, isto é, uma representação do real sem intervenção do fotógrafo. Contudo, como identificam Bisi e Carvalho (2008), a fotografia pode ser mobilizada para construir narrativas que favoreçam determinados objetivos. Nesse sentido, “a ‘verdade iconográfica’ serviu de suporte para a ‘verdade política’” (Magalhães, 2008, apud Bisi; Carvalho, 2016, p. 464). A produção e a utilização de fotografias no período não se restringiram à polícia política: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) também se valeu desse instrumento. Criado em 1938, o DIP buscou ampliar o poder político e ideológico do governo por meio da fiscalização dos meios de comunicação impressos, como jornais e revistas, e da produção de programas de rádio e de fotografias destinadas à imprensa (Lacerda, 1994, apud Ciavatta).

Diferentemente das imagens voltadas à propaganda política e ao controle policial, as fotografias do Fundo Viação e Obras provavelmente foram produzidas também em função de seu potencial de documentar as obras públicas. A chamada “fotografia de engenharia” -apêndice da fotografia documental - remonta à chegada da fotografia ao Brasil e esteve associada a fotógrafos como Marc Ferrez, Benjamin R. Mulock e Augusto Stahl, entre outros (Turazzi, 1996). Essas imagens registravam as obras em diferentes etapas, acompanhando sua execução ou apresentando-as já concluídas. Posteriormente, integravam álbuns e relatórios de empresas; serviam ao acompanhamento à distância do desenvolvimento dos trabalhos - em especial quando havia participação estrangeira - ou funcionavam como instrumento de estudo e divulgação do trabalho de engenheiros, arquitetos e/ou da empresa responsável (Turazzi, 1996; Oliveira, 2019). Álbuns como o que reúne a fotografia analisada não foram uma novidade

do Estado Novo. Entre 1858 e 1884, por exemplo, foram produzidos onze álbuns com fotografias de construções ferroviárias no território brasileiro (Oliveira, 2019). As fotografias dos álbuns “Henrique Dodsworth” parecem inserir-se nesse movimento que reconhecia a importância do registro das obras públicas e do trabalho técnico.

Segundo Freeman, a fotografia é “uma interpretação sua de um evento ou uma cena: é uma expressão sua de uma história (...)” (Freeman, 2018, p. 181). Desde o primeiro contato com a imagem, percebe-se a riqueza de detalhes e a sensibilidade estética. O fotógrafo demonstra preocupação em enfatizar, por meio da composição dos elementos, a grandeza e a relevância do evento. A fotografia, contudo, além de estética, é fruto do olhar de quem a produz, selecionando o que entra e o que fica de fora da cena conforme seus interesses e intenções. No caso das imagens presentes nos álbuns, a finalidade, como discutido anteriormente, parece mais próxima de um caráter e registro das obras públicas, dos eventos e das personalidades do que de uma tentativa direta de legitimação ideológica do governo.

A produção dos onze álbuns, em princípio, insere-se na lógica que entendia ser necessário e benéfico compilar as “fotografias de engenharia”. A presença de algumas dessas imagens na *Revista Municipal de Engenharia* reforça o argumento de que elas podem ter sido produzidas também em função de seu potencial educativo e de divulgação da atuação de engenheiros no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREATTA, V., CHIAVARI, M. P., REGO, H. O Rio de Janeiro e a sua orla: história, projetos e identidade carioca. **Coleção Estudos Cariocas**, n. 20. p. 1-16. dez. 2009. Disponível em: <<https://estudoscariocas.rio/ojs/article/view/63>>. Acesso em: 10 out. 2025
- BISI, Adriana de Oliveira Gonzaga; CARVALHO, Thiago Fabres de . Apontamentos sobre o uso da fotografia pela polícia política no Estado Novo. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 11, n. 1, p. 446-475, 2016. Disponível em: <[APONTAMENTOS SOBRE O USO DA FOTOGRAFIA PELA POLÍCIA POLÍTICA NO ESTADO NOVO | Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM](#)>. Acesso em: 12 out. 2025
- CIAVATTA, M. O projeto industrialista dos empresários no governo Vargas. A fotografia como fonte histórica de trabalho-educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-27, abr. 2021. Disponível em: <[O projeto industrialista dos empresários no governo Vargas: a fotografia como fonte histórica de trabalho-educação | Revista HISTEDBR On-line](#)>. Acesso em: 10 out. 2025.
- DINIZ, Fernando Moreira. Urbanismo e modernidade: reflexões em torno do Plano Agache para o Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 2, nov. 2007, pp. 95-114. Disponível em: [Urbanismo e modernidade: reflexões em torno do Plano Agache para o Rio de Janeiro | Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais](#) Acesso em: 10 out. 2025.
- FREEMAN, Michael. **A bíblia da fotografia: tudo o que você precisa saber para fazer fotos perfeitas**. Porto Alegre: Bookman, 2019. 335 p.
- FURTADO, F., REZENDE, V. L. F. M. Discursos e imagens acerca de intervenções urbanas no Rio de Janeiro (1920-1940): a questão da valorização fundiária em planos e projetos urbanos. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)**, n. 8. p. 115-125. 2008. Disponível em: <[Discursos e imagens acerca de intervenções urbanas no Rio de Janeiro \(1920-1940\): a questão da valorização fundiária em planos e projetos urbanos | Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo \(Online\)](#)>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. De Teatro do Poder a Centro Financeiro e Administrativo. Sete décadas de transformações na Avenida Presidente Vargas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 157-174, 2016.
- MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, jan.- jun. 2005. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/anais>

[mp/article/view/5417.](#)> Acesso em: 15 15 out. 2025.
jun. 2025.

MENDES, José. O plano agache e o Rio de Janeiro: propostas para uma cidade jardim-desigual. **Revista Habitus**, v. 10, n. 2, p.113- 124. 2012. Disponível em : <[O Plano Agache: Propostas para uma Cidade-Jardim Desigual | Habitus](#)>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Fotografia e tecnologia ferroviária: análise do registro fotográfico de estradas de ferro brasileiras no século XIX. **História (São Paulo)**, São Paulo, n. 38, p. 1-29, 2019. Disponível em: <[Fotografia e tecnologia ferroviária: análise do registro fotográfico de material industrial e construção de vias realizado no século XIX – Coleções](#)>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SILVA, Pedro Sousa da. Reforma urbana no Estado Novo: a gestão de Henrique Dodsworth na cidade do Rio de Janeiro (1937-1945). **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 280-297, 2017. Disponível em: <[Reforma urbana no Estado Novo: a gestão de Henrique Dodsworth na cidade do Rio de Janeiro \(1937-1945\) | Mosaico](#)>. Acesso em: 25 jul. 2025.

TURAZZI, Maria Inez. Documentação fotográfica das obras de engenharia do século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 3, p. 99-110, mar.-jun. 1996. Disponível em: <[SciELO Brasil - Documentação fotográfica das obras de engenharia do século XIX Documentação fotográfica das obras de engenharia do século XIX](#)>. Acesso em

Notas

ⁱ A maior parte das fotografias encontra-se indisponível ao público e em tratamento técnico, em breve todos os registros que compõem os álbuns serão disponibilizados.